

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 28 de fevereiro de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)					
Ativo	Nota explicativa	31/12/2013		31/12/2012	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.532.811	204.130		
Títulos e valores mobiliários	4	-	96.346		
Impostos a recuperar		5.469	-		
Dividendos a receber	6	10.288	10.288		
Total do ativo circulante		<u>1.548.568</u>	<u>310.764</u>		
Não circulante					
Partes relacionadas	6	318.574	-		
Investimentos	5	2.611.780	2.279.200		
Total do ativo não circulante		<u>2.930.354</u>	<u>2.279.200</u>		
Total do ativo		<u>4.478.922</u>	<u>2.589.964</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	31/12/2013		31/12/2012	
		(Reapresentada)		(Reapresentada)	
Resultado de participações					
Resultado da equivalência patrimonial		5	469.039		(226.754)
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas			(12.353)		(466)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro			<u>456.686</u>		<u>(227.220)</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras			34.775		445
Despesas financeiras			(2)		-
			<u>34.773</u>		<u>445</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			<u>491.459</u>		<u>(226.775)</u>
Imposto de renda e contribuição social			<u>(1.448)</u>		<u>-</u>
lucro (prejuízo) líquido do exercício			<u>490.011</u>		<u>(226.775)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros			
Aumento de capital		1.976.038	-	-	15.844	353.104	(4.005)	2.340.981	2.340.981
Prejuízo do exercício		300.000	-	-	-	-	-	(226.775)	300.000
Outros resultados abrangentes	5	-	-	-	-	-	175.292	-	175.292
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	2.910	(2.910)	-
Abordagem de prejuízos com reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	(229.685)	-	229.685	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentados)		<u>2.276.038</u>	-	-	<u>15.844</u>	<u>123.419</u>	-	<u>174.197</u>	<u>2.589.498</u>
Aumento de capital	7	253.956	1.276.379	-	-	-	-	-	1.530.335
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	490.011	490.011
Ganhos com alienação de participação em controlada		-	-	4.047	-	-	-	-	4.047
Outros resultados abrangentes	5	-	-	-	-	-	(265.165)	-	(265.165)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	(25.745)	25.745	-
Efeitos da combinação de negócios sobre não controladores		-	124.659	-	-	-	-	-	124.659
Destinação:									
Constituição de reserva legal	7	-	-	25.788	-	-	-	(25.788)	-
Constituição de reserva para investimentos	7	-	-	-	367.476	-	-	(367.476)	-
Dividendos propostos	7	-	-	-	-	-	-	(122.492)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>2.529.994</u>	<u>1.405.085</u>	<u>41.632</u>	<u>490.895</u>	<u>(116.713)</u>	<u>-</u>	<u>4.350.893</u>	<u>4.350.893</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Nota explicativa	31/12/2013		31/12/2012	
		(Reapresentada)		(Reapresentada)	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício			490.011		(226.775)
Outros resultados abrangentes:					
Item que será reclassificado subsequentemente para a demonstração do resultado:					
Outros resultados abrangentes de controladas			(265.165)		175.292
Resultado abrangente total do exercício			<u>224.846</u>		<u>(51.483)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	31/12/2013		31/12/2012	
		(Reapresentada)		(Reapresentada)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social			491.459		(226.775)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial			(469.039)		226.754
Juros e variações monetárias e cambiais			(34.775)		-
Aumento nos ativos operacionais:					
Impostos a recuperar			(4.407)		-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores			(196)		277
Salários e encargos a pagar			(458)		18
Impostos e contribuições a recolher			379		130
Partes relacionadas			(13.139)		404
Imposto de renda e contribuição social pagas			(1.062)		-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			<u>(14.201)</u>		<u>404</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações em títulos e valores mobiliários			112.547		(96.346)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento			<u>112.547</u>		<u>(96.346)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas			(300.000)		-
Aumento de capital			1.530.335		300.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			<u>1.230.335</u>		<u>300.000</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			<u>1.328.681</u>		<u>204.058</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			<u>204.130</u>		<u>72</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			<u>1.532.811</u>		<u>204.130</u>

passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
 Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:

- Foram adquiridos principalmente para serem vendidos a curto prazo.
- Não reconhecimento inicial são parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possuem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros
 Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (b) outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
 Os passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros classificados como outros passivos financeiros
 Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos
 Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente mensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

2.13. IFRSs novas e revisadas que afetam informações divulgadas no exercício corrente (e/ou exercícios anteriores)
 As IFRSs novas e revisadas a seguir, vigentes para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, foram adotadas nestas demonstrações financeiras individuais. Sua adoção não teve efeitos materiais nos montantes reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anteriores.

CPC	IFRS/IAS	Descrição
	IAS 1	Modificações à norma - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente
	IFRS 7	Modificações à norma - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Consolidadas.
CPC 36 (R3)	IFRS 10	IFRS 10 (Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Consolidadas.
CPC 19 (R2)	IFRS 11	IFRS 11 (Revisada em 2011) - Negócios em Conjunto (Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas.
CPC 45	IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
CPC 46	IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
CPC 33 (R1)	IAS 19	(Revisada em 2011) - Benefícios a Empregados
CPC 35 (R2)	IAS 27	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 18 (R2)	IAS 28	(Revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures"
	IFRIC 2	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

2.14. Normas e interpretações novas ainda não adotadas
 As IFRSs novas e revisadas a seguir, vigentes para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, foram adotadas nestas demonstrações financeiras individuais. Sua adoção não teve efeitos materiais nos montantes reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anteriores.

Modificações à IFRS 9 e IFRS 7
 (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
 (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras individuais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	36	32			
Aplicações financeiras	1.532.775	204.098			
Total	<u>1.532.811</u>	<u>204.130</u>			

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Fundos exclusivos:		
Notas do Tesouro Nacional - NTN's "over"	-	86.092
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	18.155
Fundos de renda fixa	-	99.851
Operações compromissadas (*)	1.532.775	-
Total	<u>1.532.775</u>	<u>204.098</u>

(*) As aplicações são remuneradas à taxa de 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras têm vencimento original de até 90 dias ou são resgatáveis imediatamente por força de compromisso de recompra pela instituição financeira.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS					
	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
Fundos exclusivos:					
Letras do Tesouro Federal - LFTs	-	41.194			
Notas do Tesouro Nacional - NTN's	-	2.699			
Debêntures	-	7.946			
Letra Financeira	-	42.171			
NTNs	-	2.336			
Total	-	<u>96.346</u>			

Em 2012, os fundos exclusivos apresentam rentabilidade entre 101% e 109% do CDI e são classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado.

Participação no capital social - %	Ações possuídas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ajustes de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial (a)		Saldo do investimento
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
	100	35.000	2.611.780	469.039	128.706	(265.165)	469.039	2.611.780

Participação no capital social - %	Ações possuídas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ajustes de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial (a)		Saldo do investimento
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
	100	35.000	2.279.200	(226.754)	175.292	(226.754)	2.279.200	

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, e tem como objeto social a participação e investimentos em outras sociedades. A Companhia, por meio de suas subsidiárias InterCement Brasil S.A. ("InterCement Brasil"), Loma Negra Companhia Industrial Argentina S.A. ("Loma Negra") e CIMPOR - Cimentos Portugal, SGPS, S.A. ("CIMPOR"), tem como atividade principal a fabricação e comercialização de cimento e derivados de cimento, além da extração de minerais utilizados para fabricar esses produtos. Em 19 de fevereiro de 2013, a controlada InterCement Brasil aprovou a cisão total da investida Machadinho Energética S.A. ("Maesa"), e uma parcela de 6,3522% dos ativos e passivos da Maesa foi incorporada pela controlada, com base em laudo de avaliação de 15 de janeiro de 2013.

Em 9 de agosto de 2013, a controlada InterCement Austria Holding GmbH ("InterCement Austria") adquiriu a parcela adicional de 4,79% de participação na CIMPOR. Essa parcela adicional foi adquirida da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. ("CCCLux").

Em 11 de dezembro de 2013, a controlada InterCement Brasil alienou o equivalente a 3% de participação acionária na Yguazú Cimentos S.A. ("Yguazú"), pelo montante de US\$3.250 mil, equivalente a R\$7.560, ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho de R\$4.047, registrado no patrimônio líquido.

A Companhia possui 40 fábricas de cimento, 131 usinas de concreto, 25 usinas de agregados (todas localizadas no Brasil, na Argentina, em Portugal e no continente africano). Possui, ainda, 1 terminal portuário no Cabo Verde e 7 fábricas de cimento, com embalagens e argamassa. As controladas InterCement Brasil e Loma Negra possuem ainda o controle na Yguazú, sociedade paraguaia que opera na importação e comercialização de cimento e está construindo uma fábrica integrada de cimento. Adicionalmente, a controlada InterCement Brasil possui participações societárias e ativos de geração de energia elétrica, na modalidade de autoprodução.

Adquirição de ativos e passivos da CIMPOR
 Durante 2012 ocorreram diversas transações societárias, as quais se destacam a seguir:

- Em 30 de maio de 2012, a controlada InterCement Austria anunciou uma Oferta Pública Geral e Obrigatória de Aquisição ("OPA"), para a aquisição da totalidade das ações da cimenteira portuguesa CIMPOR, da qual sua controladora Camargo Corrêa S.A., por meio de sua controlada integral CCCLux, já possuía 32,9% de participação. O valor da oferta foi de R\$5,50 por ação.
- Em 20 de junho de 2012, concluiu-se a OPA, que resultou na aquisição de participação adicional de 39,96% do capital social e dos direitos de voto da CIMPOR. Consequentemente, a controladora da Companhia e da CCCLux passou a deter, indiretamente, 72,9% das ações da CIMPOR. A Votorantim Cimentos S.A. ("Votorantim") permaneceu com 21,2% de participação na CIMPOR, e a participação restante de 5,9% está diluída entre diversos acionistas.
- Em 25 de junho de 2012, considerando as preocupações levantadas pelo órgão de defesa da concorrência no Brasil e para garantir uma estrutura acionária estável, a controlada InterCement Austria, a CCCLux e a Votorantim negociaram uma proposta de reorganização societária da CIMPOR, que visava segregare os ativos e passivos relacionados às operações de cimento, concreto e agregados na China, na Espanha, na Índia, em Marrocos, na Tunísia, na Turquia e no Peru, e o equivalente a 21,2% da dívida líquida consolidada da CIMPOR.
- Até o momento, a InterCement Austria transferiu referidos Ativos Destacados para a Votorantim, recebendo em troca a totalidade da sua participação acionária na CIMPOR. Com isso, a Votorantim retirou-se totalmente do capital da CIMPOR.

O valor justo dos ativos e passivos trocados foi determinado por dois renomados bancos de investimento contratados pela CIMPOR. Com base nessas análises, os valores a receber ou a pagar foram devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. Durante o primeiro semestre de 2013, a Administração estabeleceu substancialmente o montante final do valor justo, o que resultou em um aumento no ágio no montante de R\$15.679.

e) Finalmente, a controlada InterCement Austria passou a deter os ativos da CIMPOR referentes às operações de cimento, concreto e agregados em Portugal, em Cabo Verde, no Brasil, na África do Sul, no Egito e em Moçambique, assim como 78,8% da sua dívida líquida consolidada, desde 30 de junho de 2012, como resultado dos compromissos de reorganização societária assumidos em 25 de junho de 2012. A Companhia decidiu refletir os impactos contábeis desde 30 de junho de 2012.

A seguir, são apresentados as contraprestações transferidas e os valores iniciais reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data-base 30 de junho de 2012:

	3.187.000
Caixa e equivalentes de caixa	461.668
Contas a receber de clientes e adiantamento a fornecedores	531.069
Estoque	501.069
Impostos a recuperar	95.960
Ativo classificado como mantido para venda	105.125
Outros créditos	392.584
Ativo circulante	<u>2.973.406</u>
Impostos a recuperar	28.285
Outros créditos	1.171.036
Investimentos	53.907
Imobilizado	5.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7. CAPITAL SOCIAL, DIVIDENDOS E RESERVAS

	31/12/2013	31/12/2012
Capital social no início do exercício	2.276.038	1.976.038
Aumento de capital	253.956	300.000
Capital social no fim do exercício	2.529.994	2.276.038

O capital social em 31 de dezembro de 2013 é representado por 25.046.440 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 22.687.439 ações ordinárias e 2.359.001 ações preferenciais, (22.687.439 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2013, a Companhia aprovou o aumento de capital com emissão de 2.359.001 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$657,057796922 por ação, no valor total de R\$253.956, com a consequente alocação do montante de R\$1.276.379, líquido dos custos de captação, à conta "Reserva de capital".

As ações preferenciais atribuem a seus titulares o direito ao recebimento de dividendos mínimos, não têm direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia e podem ser resgatadas mediante deliberação do Conselho de Administração.

Reserva de lucros

Corresponde à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2013, e segundo artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Dividendos

Aos detentores de ações ordinárias é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2013
Lucro do exercício	490.011
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	25.745
Constituição de reserva legal - 5%	(25.788)
	489.968

Dividendos mínimos obrigatórios:

Ações ON	122.492
Proposta da Administração:	
Dividendos a pagar	122.492
Constituição de reserva de lucros	367.476

A DIRETORIA

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

InterCement Participações S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **InterCement Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	491.459	(242.587)
Alíquotas (15% para imposto de renda, mais adicional de 10%, e 9% para contribuição social)	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(166.999)	82.480
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivo:		
Equivalência patrimonial	159.473	(82.472)
Ações (exclusões) permanentes, líquidas	6.653	-
Créditos fiscais não constituídos	(575)	(8)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.448)	-

9. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia forneceu fiança às suas controladas para assegurar o cumprimento integral das obrigações decorrentes da dívida financeira até ao montante de aproximadamente €1.500 milhões.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

10.1. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados).

10.2. Administração dos riscos financeiros

A Diretoria de Tesouraria Corporativa gerencia os riscos financeiros, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros, monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como os riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez.

10.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros - custo amortizado:		
Caixa e bancos	36	32
Aplicações financeiras - ativo financeiro	1.532.775	2.336
Valor justo por meio do resultado - Fundos exclusivos	-	298.108

10.4. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados as taxas de juros nas aplicações financeiras que são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo:		
CDI	1.532.775	259.251
SELIC	-	41.194
Total do ativo	1.532.775	300.445

10.5. Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a variações do CDI é conforme segue:

Operação	Risco	Cenários		
		1	2	3
Exposição a índices variáveis				
Aplicações financeiras - CDI	Queda do índice	160.941	120.706	80.471

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de janeiro de 2014, o Conselheiro-Relator do processo administrativo em trâmite no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, iniciado em 2007 contra a controlada InterCement Brasil e outras empresas do setor (Representadas), preferiu voto, relativo à condenação das Representadas e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à controlada InterCement Brasil corresponde a R\$539.520 (considerando R\$241.700 para as antigas controladas InterCement Brasil e R\$297.820 para a CIMPOR Brasil, esta última atualmente incorporada pela InterCement Brasil), além da imposição de desinvestimentos de ativos. Os demais Conselheiros do CADE, com exceção de um deles, acompanharam o voto do Conselheiro-Relator. O Conselheiro cujo voto não foi proferido pediu vista do processo e o julgamento foi suspenso até a sessão seguinte.

Em 5 de fevereiro de 2014, o processo foi retirado de pauta e o julgamento permanecerá suspenso. No momento, não há previsão para conclusão, e, até a promulgação da decisão, os demais Conselheiros que já proferiram seus votos podem alterá-los. Caso a sentença administrativa condenatória se confirme no CADE, a controlada InterCement Brasil irá recorrer da decisão.

12. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

Contador: **Nelson Nóbrega da Costa** - CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **InterCement Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da InterCement Participações S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial

Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, ligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras consolidadas da **InterCement Participações S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que foram preparadas de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, foram apresentadas separadamente. Essas demonstrações financeiras foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, em 28 de fevereiro de 2014, sem ressalvas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro

Contador

CRC nº 1 SP 109447/O-6

